

CFEMEA
Centro Feminista de Estudos e Assessoria

FIG ■ CIDA
Fundo para Igualdade de Gênero/
Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

DOSSIÊ: GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO: PERSPECTIVAS DE GÊNERO



■ CHRISTIANE GIRARD FERREIRA NUNES ■

CFEMEA

Centro Feminista de Estudos e Assessoria

FIG ■ CIDA

Fundo para a Igualdade de Gênero

Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

DOSSIÊ:
GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO:
PERSPECTIVAS DE GÊNERO

CHRISTIANE GIRARD FERREIRA NUNES

Brasília, dezembro de 2002

CFEMEA • CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
SCN, Quadra 06, Bloco A, Sala 602, Ed. Venâncio 3.000
70.716-000 • Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336
e-mail: cfemea@cfemea.org.br
Web Site: www.cfemea.org.br

FIG/CIDA • FUNDO PARA IGUALDADE DE GÊNERO
Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
SES, Avenida das Nações, Quadra 803, Lote 16
70410-900 • Brasília-DF
Tel/Fax: (61) 485-9329

© 2002 by CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido e difundido desde que citada a fonte

Capa, Projeto Gráfico e editoração eletrônica • Eduardo Meneses
Impressão • Athalaia Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem: 1000 exemplares

Ficha Catalográfica

Girard, Christiane F. N.

Dossiê: Globalização e Trabalho: perspectivas de gênero/ Christiane Girard
Ferreira Nunes. – Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

52 p.

I. Girard, Christiane F. N. II. CFEMEA III. Título
IV. Mulher - Mercado de Trabalho – Globalização – Brasil

SUMÁRIO

- 1 Apresentação, 5
- 2 Introdução, 9
- 3 Formas de desigualdade, 11
- 4 Como as formas de gestão do trabalho produzem culturas hegemônicas, 15
 - 4.1 Do Taylorismo ao Toyotismo (ou modelo japonês), 15
- 5 Desigualdade de inserção no mercado de trabalho produz cidadãos desiguais, 19
 - 5.1 Inserção formal e inserção informal, 19
 - 5.1.1 Impactos da globalização, 23
- 6 Discurso hegemônico, cultura, subjetividade e cidadania, 25
 - 6.1 Lógica da globalização, 26
 - 6.2 Discurso hegemônico, 27
 - 6.3 Cultura e subjetividade - o que está acontecendo com a identidade dos trabalhadores, 29
 - 6.4 O discurso da qualificação como discurso hegemônico positivo, 30
 - 6.4.1 Qualificação e desqualificação, 30
 - 6.4.2 Qualificação e subjetividade, 33
- 7 Patologia do Normal, 37
- 8 Conclusão, 41
- 9 Glossário, 43
- 10 Bibliografia, 47

1) APRESENTAÇÃO

Neste texto sobre *Globalização e Trabalho: perspectivas de gênero* abordaremos alguns aspectos que parecem permitir uma compreensão do tema. Num primeiro momento, privilegamos uma contextualização do problema onde enfatizamos as transformações do trabalho e os impactos desse processo. Refletimos sobre as desigualdades nacionais e internacionais, particularmente no que tange à questão da desindustrialização e aos impactos deste fenômeno sobre os empregos em diferentes setores, bem como sobre o desemprego. Enfatizamos um dos aspectos do processo que consideramos importante atualmente, o da produção de uma permanente diferenciação. *O movimento de globalização no mundo do trabalho parece marcado por uma lógica que para ser compreendida, deve considerar simultaneamente o global e o local, a qualificação e a desqualificação, o formal e o informal, como pares e relações ao mesmo tempo de dependência e de sentido.* São processos que decorrem do contexto atual de transformações.

Olhamos esse contexto a partir de um lugar de fala, o da perspectiva de gênero. Observamos as mudanças sociais a partir dos fenômenos de integração e exclusão, ressaltando, como assinalam alguns autores, que os fatores de desigualdade não se justapõem, mas se reforçam. Abordamos uma breve leitura das gestões do trabalho desde o início do século. Essa escolha se deve ao fato de que afirmamos que a cada gestão do trabalho corresponde um modo de ser no social. A forma hegemônica de gestão da mão-de-obra constrói uma cultura que ultrapassa a esfera do trabalho. Quando falamos de forma hegemônica é porque convivem várias formas de gestão, mas há sempre uma que é legitimada como aquela que corresponde a “ser do seu tempo”, o da modernidade para sua época.

Refletindo sobre o fordismo e a produção de massa que lhe correspondia, talvez muitos de nós possamos nos lembrar da publicidade sobre refrigeradores nos anos 50/60. Por exemplo, o que essas propagandas mostravam? Todo mundo poderia ter um aparelho na sua casa (graças à produção em massa), as empresas trabalhavam com esta meta e o que se via eram propagandas com dona-de-casa feliz, bem arrumada, administrando a sua cozinha com equipamentos de última geração como uma mini-empresa. O recado era dado: a mulher pode ficar em casa feliz, as empresas trabalham para a sua felicidade e ela é indispensável em casa. Esse foi o recado dado em vários continentes, mesmo quando as estruturas do mercado de trabalho eram diferentes.

Sabemos que as mulheres trabalhavam fora na época da Segunda Guerra e que esse movimento era para convencê-las a voltar ao lar. Pode-se imaginar que, durante esse período, as mulheres ganharam certa autonomia, mas, não sendo mais necessárias no mercado de trabalho, era hora de voltarem para casa. Isso implicou a construção de uma nova cultura: formas de família legítima (mãe em casa); práticas de socialização específicas (os filhos são bem educados nesta situação, multiplicando-se a produção dos livros de pediatria sobre como criar seus filhos); valores estéticos (o que se compra pronto é mais bonito do que o artesanal); e a redefinição do certo e do errado (as boas mães e as outras, as famílias corretas e as outras).

Ao afirmar-se socialmente, e, sobretudo institucionalmente, o que é certo, justo, belo ou bom, define-se também os seus opostos. Esse mecanismo de alastramento de valores provém da esfera do trabalho e se alastra sobre várias regiões do mundo, e, fora das empresas, se estende ao modo de ser tanto do setor de serviços como dos setores informais. Essa é a cultura dominante. Mesmo quando as mães não têm escolhas e se culpabilizam por trabalhar fora. Por isso é importante chamar a atenção sobre um aspecto desta reflexão: os/as trabalhadores/as podem pensar que não são regidos pelo modo de gestão que rege as relações nas empresas, mas o que está em jogo no Taylorismo, Fordismo, Pós-fordismo ou Toyotismo ultrapassa a esfera das empresas. É uma cultura que se alastra e domina os diferentes níveis do “mundo vivido”. Dando um exemplo: se no Taylorismo era “cada trabalhador no seu lugar”, um que age e o outro que pensa, na vida social acontece o mesmo, mulheres ocupam certas funções, devem ficar em casa, homens têm outras responsabilidades.

Assim, na mudança social (exigida pelos imperativos das opções de desenvolvimento) se desenham novas formas de integração (quem pode participar destes novos valores?) e exclusões (aqueles que não conseguem agir orientados por esses valores), mas estes valores são oriundos da esfera do trabalho e são eles que permitem realizar as necessidades do mercado. Não queremos dizer com isso que a esfera da família é regida somente por valores predominantes na esfera do trabalho. Mas, a nosso ver, é de fundamental importância entender as lógicas e os valores que predominam nas esferas do trabalho, as identidades que estão sendo criadas. É através da compreensão desses elementos que podemos desvendar o social e os lugares que ocupamos neste.

É também por isso que privilegiamos a reflexão sobre a construção da subjetividade. Ela é o resultado desta trama. Uma das características atuais do mundo do trabalho é a intervenção que se faz na esfera da subjetividade. Parece evidente, hoje, que se deve produzir sujeitos sociais diferentes de épocas anteriores, respondendo a outras necessidades. Por isso existiria uma leitura objetiva do social, à qual deve corresponder uma nova socialização. Poderíamos pensar o que é exemplar de uma perspectiva funcionalista: as funções não preencheriam mais o que é necessário para o social se reproduzir a contento. Deve-se, assim, intervir na esfera da subjetividade. É importante nesse caso ver como se desenvolve esse processo ou pelo menos refletir sobre o mesmo, tanto quanto sobre a pretendida objetividade da leitura do social. Portanto, gostaríamos de insistir afirmando que os modos de gestão empresarial não são leituras restritas para as trabalhadoras, nem somente das empresas, nem mesmo do setor formal, mas sim que influenciam e regem o nosso cotidiano.

A realização deste trabalho teria sido impossível sem a participação intelectual e afetiva das colegas e amigas Maria da Graça Ohana Pinto, Lenita Turchi e Almira Rodrigues, às quais quero expressar minha gratidão.

2) INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem sofrendo transformações radicais nas últimas décadas. Estas transformações vêm sendo apontadas não só pelas instituições especializadas em análises dos fenômenos econômicos, sociais e políticos, como também pela mídia. Segundo Laranjeira (1999, p. 30), “*ocorreram nas últimas décadas mudanças drásticas nas possibilidades de absorção de mão-de-obra nos diferentes setores: primário, secundário e terciário*”.

No tocante à absorção de mão-de-obra, a literatura sobre o assunto aponta mudanças no sentido de perdas de postos de trabalho nos diferentes setores, tanto em nível internacional como nacional. O setor industrial é o que tem sofrido mais perdas de postos de trabalho, caracterizando um fenômeno denominado pelos estudiosos de desindustrialização. Paralelamente a este fenômeno, observa-se uma precarização não só das condições de trabalho, expressa sob a forma de trabalho temporário, muitas vezes, fora do sistema de seguridade social, como também da natureza do trabalho em si. Por exemplo, os setores que mais demitiram, segundo Laranjeira (1999, p. 31), foram os que demandavam mão-de-obra mais qualificada, tais como a indústria de equipamentos de navegação, setor espacial, computação hardware, indústrias de máquinas, componentes eletrônicos e setor bancário, entre outros. E, segundo a mesma autora, os setores que mais admitiram, dependendo da conjuntura econômica de cada país, foram os serviços, cujas ocupações requeriam menos qualificação sendo muitas vezes sazonais, temporárias e com menor remuneração, tais como cuidados de saúde pessoal, restaurantes, bares, serviços de entrega, entre outros.

Quando se fala em desindustrialização talvez fique difícil visualizar o que isso significa, mas os dados são muito esclarecedores: Beynon (1997, p. 11), tratando da passagem da manufatura para os serviços, no Reino Unido, aponta: “*em 1979, pouco mais de 7 milhões de pessoas tinham emprego na indústria manufatureira do Reino Unido. Em 1995, esse total foi reduzido para 3,75 milhões. Amplia-se a escala do declínio do mercado de trabalho se acrescentarmos a experiência da indústria mineradora na qual mais de 220 mil postos de trabalho foram eliminados desde 1979*”.

No Brasil, num período de 10 anos (1986-1996), segundo Laranjeira (1999, citando Githay e Dupas), houve uma perda de 1,1 milhão de empregos no setor da indústria de transformação. Enquanto isso, na indústria química, observou-se uma redução de 48% nos regimes de CLT ao mesmo tempo em que o faturamento líquido do setor cresceu 44%.

Além disso, junto com essas mudanças, e em parte devido a elas, tivemos mundialmente um aumento do desemprego. Segundo o Secretariado Internacional do Trabalho - BIT, no relatório preparatório para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, na Dinamarca, em 1995, o desemprego mundial ou de pessoas com emprego extremamente precário já atingia 820 milhões de pessoas, ou seja, 1/3 da população mundial. No Brasil, os dados também são alarmantes. Em 1999, o desemprego havia alcançado mais de 10 milhões de brasileiros. Em algumas regiões metropolitanas, as taxas de desemprego haviam superado 20% da população economicamente ativa (Mattoso, 1999). Esses dados revelam que a situação em relação ao desemprego é dramática, sobretudo se consideramos a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual do trabalho, e a divisão étnica e etária.

Segundo Maruani (2000), no mercado de trabalho, as disparidades entre homens e mulheres não se limitam às desigualdades profissionais. A cartografia das desigualdades sociais é atualmente marcada por um desemprego seletivo e estrutural. Nas palavras da autora: “*Nesse quadro o desemprego feminino é de primeira importância para a análise. Na União Européia a taxa de desemprego é de 9,8% para os homens e 12,4% para as mulheres. As lógicas de gênero são essenciais à compreensão do desemprego. O problema não é essencialmente quantitativo.*” Claro que o desemprego das mulheres é um dado importante para mostrar as disparidades, mas ele é, sobretudo como afirma a autora, “*mais permanente, dura mais, é menos visível e mais bem aceito pela sociedade*” (p. 55).

3) FORMAS DE DESIGUALDADE

Neste item trataremos das diversas formas em que a desigualdade se manifesta. Insistimos sobre esse aspecto por pensar que ele esclarece o que analisamos da lógica global. Há um perpétuo movimento de diferenciação: global/local, qualificação/desqualificação e formal/informal.

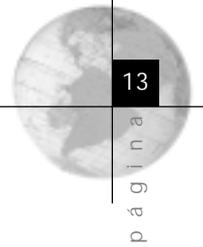
Assim, quando refletimos sobre o desemprego é importante pensar também em termos de destino profissional. E o destino profissional tem a ver com a nacionalidade, a idade, o sexo. Segundo Maruani (2000, p. 57), *“quando olhamos o desemprego por categorias profissionais revela-se melhor a discriminação. As mulheres representam 45% da população economicamente ativa e mais da metade das desempregadas (51%). Da mesma forma se olhamos a idade, sabemos que ¼ dos jovens de menos de 25 anos estão desempregados, mas isso significa que entre os homens um em cada cinco está desempregado e entre as mulheres uma em cada três está desempregada. Esses dados são expressivos em numerosos países da Europa”*.

Cabe aqui lembrar que essa paisagem social articula e conjuga as discriminações. Ou seja, é importante pensar como se conjugam categoria profissional e sexo nas questões de desemprego. Esta justaposição de discriminações é bem explicada por Maruani (2000, p. 57-60): *“Na Europa o essencial do desemprego se concentra sobre duas categorias, operários e trabalhadores da área de serviços e comércio. As mulheres são principalmente empregadas dos serviços e do comércio. Nesse sentido, para dar um exemplo que somente os dados poderiam mascarar, nos três milhões de desempregadas(os) na França em 1998, 2/3 são mulheres que eram empregadas dos serviços e do comércio e operários desempregados de ambos os sexos. Vemos que os fatores de desigualdade não se justapõem, mas se reforçam e se multiplicam. É mais verdade ainda quando se examina a repartição do desemprego segundo a nacionalidade, o sexo e a idade. São os jovens estrangeiros de menos de 25 anos que sofrem taxa de desemprego mais elevada. Três vezes ou quatro vezes mais que a média nacional: 37% para os estrangeiros e 42% para as estrangeiras. Se olharmos algumas variáveis vemos que a taxa global de desemprego de 12% esconde ainda dados interessantes. Ela é de 8% para os homens de mais de 50 anos e 30% para as mulheres de menos de 25 anos, de 4% para os homens em funções superiores e 20% para as operárias, de 9% para os homens de nacionalidade francesa de 25 a 45 anos e de 42% para as jovens estrangeiras de menos de 25 anos”*. Esses números mostram o quanto é incompleta e equivocada a reflexão sobre o desemprego, se pensada de uma forma assexuada. Mais ainda, acaba se transformando numa desinformação.

É por isso que insistimos na necessidade de uma análise do movimento global que é capaz de construir um discurso unificador que os dados escondem. As transformações nas formas de produzir e de gestão da força de trabalho e na recomposição desta força de trabalho (qualificação/desqualificação) precisaram se apoiar em um discurso legitimador da nova opção de desenvolvimento. Discurso esse, segundo Bourdieu (2000), premiado como o da “nova economia”, “pensamento único” onde o sucesso seria medido pela eficácia do aumento da produtividade obtido pela racionalidade do campo da economia, sem se perguntar se o desenvolvimento de um país pode ser medido por sua taxa de produtividade e qual é o preço para o conjunto da população desse aumento da produtividade. Isto é, o discurso da modernidade, da não reversibilidade da história, impõe-se com uma força que fez uma parte do sucesso da dinâmica liberal. Trata-se de um discurso aglutinador e organizador que permite conciliar várias tendências e se impor como uma base de legitimidade, o da lógica da racionalidade moderna confundida com a lógica da decisão razoável.

Poderíamos retomar rapidamente uma possibilidade de compreensão da história (não é evidentemente a única), e recuperar a valorização e opção pela racionalidade da eficácia econômica para mostrar, como diz Bourdieu (2000, p. 11-26), que “*ela não é abstrata, não é a aplicação de fórmula matemática, é opção política*”. Essa aptidão de conduta da dita economia racional faz desaparecer a questão das condições econômicas e culturais, do acesso a essa aptidão, constituída como uma norma e, assim, desaparece também a possibilidade da ação indispensável para universalizar essas condições. É uma forma de etnocentrismo que se fantasia de universalismo. Escreve, ainda, Bourdieu, a nosso ver de uma maneira extremamente pertinente, “*a teoria neoclássica se nega a dar conta dos efeitos de estrutura e assim das relações objetivas de poder, o que poderia explicar as vantagens dadas àqueles que têm mais capitais*”.

A atual opção de desenvolvimento expressa um processo e não “o fim da história” como alguns autores gostariam de nos convencer. Entretanto, é bom mostrar a institucionalização desse discurso, exatamente através de instituições que encarnam esses discursos que geram e produzem história. Em função disso, o esforço e a luta das forças progressistas é de conquistar espaços, onde se produzam valores, expressando realidades diferentes e que podem ser também institucionalizadas. Este é o procedimento de todas as forças que lançam mão, por exemplo, do conceito de gênero, bem como dos trabalhadores com seus esforços em desenvolver formas cooperativas de gerir a produção.



Refletindo brevemente sobre as formas de gestão da produção no último século, observamos que os diversos modos de produzir e de organizar a força de trabalho deram origem a formas de pensar e de agir socialmente e foram legitimados por um discurso hegemônico que justificava ou mesmo reforçava a situação de desigualdade. Advogamos aqui, em consonância com a literatura acima citada, que o discurso hegemônico de cada época é social e politicamente construído para legitimar um determinado padrão produtivo. A relação entre formas de gestão da produção e o discurso hegemônico das diversas culturas será examinada no próximo item.

4) COMO AS FORMAS DE GESTÃO DO TRABALHO PRODUZEM CULTURAS HEGEMÔNICAS

4.1 Do Taylorismo ao Toyotismo (ou modelo japonês)

Se o liberalismo está no coração da compreensão das formas societárias nos países ditos centrais é bom lembrar o elo de sentido entre liberalismo e individualismo. Este é um tema denso e complexo que poderia ser tratado em muitas reflexões. Nosso objetivo neste texto é de ressaltar alguns elementos que nos permitam compreender melhor o tema globalização/trabalho.

O Taylorismo¹ representou a vitória da construção da figura da eficácia, da racionalidade econômica (a cada homem, um lugar certo na produção) e também do contrato entre a aceitação da alienação contra uma melhor remuneração. No ato concreto de trabalhar sempre existem dois movimentos: a alienação e a humanização. A partir desses movimentos, há várias combinações que podem, inclusive, realizar-se em momentos diferenciados. Na forma de produção taylorista se aceitou a alienação, dissociando os dois movimentos, e deixando a humanização para ser adquirida na esfera da possibilidade do consumo. À realização deste movimento taylorista-fordista, correspondeu uma estrutura do social baseada na separação entre indivíduo e cidadão.

As pressões do movimento operário se fizeram na contínua tentativa de fortalecer o cidadão contra o indivíduo. A figura construída no ato de trabalhar era a de um indivíduo eficaz do lado do capital, e um indivíduo alienado do lado do trabalho, mas que se tornava cidadão graças à sua inserção no consumo de bens que lhe dava acesso à propriedade social e assim se tornava, em parte, “proprietário” de um fatia da produção (ver Castel, 2001). Essa reconciliação permitiu uma forma de aceitação e valorização da “eficácia da lógica racional da economia”.

Segundo essa leitura, o fordismo será a configuração mais plena desta lógica. Nas ditas “trinta gloriosas”, depois da Segunda Guerra, percebe-se a configuração de uma forma de cidadania que é o resultado desse contrato que se realiza na esfera do trabalho: aceitação da alienação, retribuição em bens sociais e a humanização teria a ver com propriedades. O “laissez-faire” do mercado, tendo em vista a finalidade da rentabilidade global do capital, mesmo com o intervencionismo Keynesiano do Estado, não impediu que a retribuição se fizesse a partir dessa ruptura: dissociação e fraturas nos diferentes sentidos do trabalho.

¹ Sobre o significado do termo ver glossário em anexo.

Podemos dizer que houve uma ênfase e uma ruptura. De um lado, trabalho como igual a uma renda monetária, excluindo-se para uma boa parte da população, em cada país, a possibilidade de trabalho como igual a uma valorização do ato de trabalhar. Em função desta lógica, foram esquecidas outras dimensões do trabalho a serem consideradas e sempre presentes no ato de trabalho: as dimensões antropológicas, sociológicas, psíquicas e econômicas, necessárias para uma reflexão mais abrangente e real do objeto. Esses aspectos existem e provocam dinâmicas, mesmo se interesses políticos e econômicos querem ignorá-los ou reduzi-los a segundo plano.

De qualquer forma, o Fordismo permitiu o aperfeiçoamento da lógica da ruptura. Entretanto, e é sobre isso que insistimos, essa ruptura nos sentidos do trabalho se construiu de acordo com a seguinte configuração: aceitação da alienação, mais bens sociais, aumento da participação na esfera pública e política. Houve uma produção de massa seguida por movimentos de massa e construção de um indivíduo coletivo. Esses movimentos podem ser evidenciados através do aumento de representações coletivas de interesses, como sindicatos e movimentos sociais. Neste sentido, a cidadania conseguida via intervenção do Estado, foi fruto do movimento operário e da sociedade civil organizada. Um dos traços marcantes do sindicalismo europeu até a década de 70, à exceção de Portugal, da Espanha e da Grécia, foi a sua estabilidade no sentido do crescimento contínuo de seus membros e do desenvolvimento de sistemas de negociações coletivas (ver Sader; Gentili, 1995).

Nos anos 70 e 80 o movimento sindical europeu apresenta sinais de redução de sua robustez e dinamismo das décadas anteriores. No Brasil, os estudiosos mostram que a situação se apresenta de forma diferente nesse aspecto. A fase áurea do sindicalismo ocorre entre 1978 e 1988, quando os operários, os empregados provenientes da classe média, os bancários, os funcionários públicos, os empregados de empresas estatais, os setores da área rural - operários agrícolas, bóias frias, Sem Terra, posseiros - surgiram na cena política com novas demandas e se configuraram novos movimentos sociais. A partir disso, podemos visualizar melhor que é a partir de acordos sobre o ato de trabalhar que se organizam diferentes formas societárias.

A partir de um “neo-pós-liberalismo”, o que acontece com esses acordos? Afirma-se a idéia de que menos proteção social permitiria revitalizar o dinamismo do capital. Desde os primeiros encontros no Montpelerin, na Suíça, a lógica do raciocínio dos mentores do liberalismo mais radical e conservador foi que o

desemprego era funcional e que a crescente proteção social e a conseqüente pressão sobre os salários minavam o dinamismo do capital. Havia de se diminuir os impostos sobre a riqueza (Sader; Gentili, 1995). Nesse sentido, nota-se uma nova ruptura, com a proposição de que se deveria diminuir os direitos de cidadania e fortalecer um indivíduo menos coletivo na esfera do social.

Há o reconhecimento de uma pluralidade de direitos que não se faz necessariamente a partir do trabalho, mas que de fato é possível ser evidenciada na esfera do trabalho, tais como os direitos colocados pelos movimentos anti-racista e feminista. É sobre essa nova ruptura que refletiremos a seguir.

O termo modelo japonês ou Toyotismo² tem sido utilizado para designar um conjunto de técnicas de organização da produção industrial, formas de gestão administrativa e relações de trabalho visando o incremento da qualidade e produtividade. Esta nova forma de gestão ganha proeminência com o sucesso da economia japonesa após a Segunda Guerra Mundial. A literatura existente³ a respeito deste modelo e suas conseqüências no cotidiano e nas relações de trabalho é vasta e neste texto nos limitaremos a apontar alguns elementos centrais.

No tocante às transformações internas do processo produtivo na empresa, juntamente com as inovações tecnológicas, observa-se a introdução de procedimentos organizacionais (Kaban, Just in time, ilhas de produção, Programas de Qualidade Total) que permitem uma maior economia de espaço, tempo de produção, maior controle de qualidade do produto e conseqüentemente maior produtividade. Essas mudanças vão influir não só nas formas de gestão da força de trabalho e nas relações entre capital, gerentes e trabalhadores, mas também nas expectativas em relação às atitudes e desempenho do “novo trabalhador”. Espera-se deste novo trabalhador não apenas competências específicas nas atividades a serem desenvolvidas, mas polivalência, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de detectar erros e de propor melhorias de produtos e processos. Em outras palavras, no chamado modelo de produção pós-fordista, espera-se do trabalhador envolvimento, cooperação e lealdade com a empresa.

A empresa, na sua necessidade de resgatar o saber do trabalhador, muda seu discurso e algumas de suas práticas de gestão de mão-de-obra. Ilustrando alguns

² A esse respeito ver Cattani (1996) e glossário em anexo.

³ Ver Cattani (1996), Castro; Guimarães (1991), Hirata (1993), Burawoy (1980).

elementos do discurso empresarial: *todos na empresa somos ao mesmo tempo clientes e fornecedores ou todos (gerentes, empresários e supervisores) temos o mesmo objetivo que é produzir com qualidade para vencer a competitividade*. Em termos de práticas de recursos humanos, há uma preocupação em mostrar interesse pelo trabalhador através de programas de treinamento e de bem-estar.

Cabe notar que estamos aqui tratando de modelos. De fato, o mundo do trabalho é mais complexo e, mesmo em sociedades de industrialização avançada, coexistem diferentes formas de organizar a produção e gerir a força de trabalho. Entretanto, é importante ressaltar que a heterogeneidade de práticas e relações produtivas é encoberta por um discurso hegemônico que é do Toyotismo. Discurso esse, que ignora a divisão internacional do trabalho, as diferenças entre classe sociais, a divisão sexual trabalho e as particularidades culturais, e “igual” todos sob o rótulo fornecedor-cliente. Em outras palavras, o discurso hegemônico do modelo pós-fordista encobre e legitima as desigualdades de inserção no mercado de trabalho. A questão da desigualdade na inserção do mercado de trabalho será discutida no próximo item.

5) DESIGUALDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PRODUZ CIDADÃOS DESIGUAIS

5.1 – Inserção formal e inserção informal

Nos países ditos centrais há uma taxa de assalariamento com proteção social quase total (carteira de trabalho assinada e seu conjunto de direitos). Na França, por exemplo, a taxa é de 95% (Castel, 2001). No Brasil, o setor formal cobre mais ou menos 45% da população. Isto é, quase 55% da população estão fora da proteção social. Comparando as duas situações nacionais, na França, as exigências de desregulamentação e flexibilização se configuram a partir do trabalho parcial e da precarização dos postos de trabalho; e, no Brasil, por um aumento do trabalho informal, sem proteção social. Nas duas situações são as mulheres que vão ocupar esses lugares. No trabalho parcial, já faz um bom tempo que elas ocupam esses postos e, no setor informal, para grande parte dos mais pobres, os companheiros estão desempregados e são as mulheres que assumem financeiramente a casa, mesmo quando oficialmente elas não são chefes de família. Além do fato de que mais de 20% das mulheres são efetivamente chefes de família.

Houve um aumento da criação de empregos precários e estes são ocupados preferencialmente por mulheres. É esse o movimento atual: o desemprego atinge mais os homens; as mulheres ocupam os lugares mais vulneráveis, dependendo dos setores; os homens ocupam os lugares antes tradicionalmente ocupados por mulheres. É por isso que não é possível compreender o mapa do trabalho e a sua conseqüente agenda política sem utilizar o conceito de gênero. No Brasil, a cada 5 postos de trabalho criados, 4 estão no setor informal. Segundo Mattoso (1999, p.18), “*ao longo dos anos 90 foram eliminados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formal da economia brasileira, sendo que somente em 1995 foi contabilizada uma supressão de nada menos que 1,8 milhões de empregos formais*”. Isso é muito significativo do ponto de vista do crescimento do trabalho informal.

Sabemos que na história do trabalho informal este foi visto como marginal, arcaico, sendo esperado que se formalizaria com a modernização. Na década de 90 e mesmo de 80, ele se torna, aos olhos dos organismos internacionais e dos governos nacionais, um setor que poderia ser “esponja de empregos”, uma solução para a crise. Passou-se de um setor “problema” a um setor de “soluções”. A criatividade manifesta seria dada pela sua capacidade de absorção. Num momento onde há uma incapacidade de se criar empregos devido à escolha do tipo de desenvolvimento, esse argumento, ou constatação, soa como problemático. De fato,

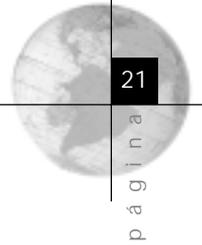
torna-se o setor que mais coincidiria com os valores atuais. É exatamente esse o maior perigo.

Primeiro, porque tenta lidar com uma continuação da idéia de progresso ligada a um indivíduo “livre” no mercado. Há uma reatualização dessa teoria e, de maneira mais perversa⁴. A história do informal no Brasil, em grande parte, vem da história nacional de exclusão de sua mão-de-obra. O trabalhador livre reintegrou o mercado nacional tardiamente (ver Kowarick, 1994). O setor informal é, em grande parte, a expressão dessa exclusão. Sob um outro aspecto, podemos ver que no setor informal o indivíduo “é livre” num mercado estruturado de maneira muito mais rígida do que se pensa em geral. Além do fato de que sobre esse ator pesa, atualmente, a exigência de saber fazer a avaliação da situação do mercado, da gestão de seus diferentes capitais (econômico, cultural), que deve saber “ler” o social no qual ele está inserido, isto é, o seu sucesso se daria na medida em que ele consegue se inserir numa situação de crise.

Nesse sentido, voltamos às idéias do início do século, o trabalho aparecendo como um espaço de realização do “self made man”, recalcando a história que nos ensinou que a contradição da democracia era a sua dificuldade em articular, ao mesmo tempo, o ganho de se ter direitos políticos com as vulnerabilidades econômicas para uma parte dos cidadãos. **Isto é, como equacionar direitos políticos que nos tornam iguais, se somos desiguais socialmente?** Ou ainda, como realizar socialmente a igualdade política? Sobre esse aspecto, lembraremos a frase de Jaurés, citada por Lautier (Lautier et alli, 1991, p. 59): “*O cidadão é um rei na política que pode se tornar mendigo de um dia para o outro!*”

A imagem do “self made man” é uma imagem que não resiste à análise sociológica dos dados e não se quer dizer com isso que não existam exceções. O que a história nos mostra é um indivíduo que se torna cidadão a partir de seus ganhos na esfera do trabalho. O conteúdo da liberdade se faz a partir da esfera do trabalho. Um indivíduo pode ter ganhos, riqueza, posição, status a partir do seu capital financeiro, mas o cidadão que não tem esses bens torna-se cidadão a partir de sua forma de inserção no social, regulada pelo trabalho. Houve uma aproximação do indivíduo “livre” no mercado (formalmente livre, isto é, não submetido à dependência formal de submissão) com o processo de

⁴ No final do séc. XIX e no início do séc. XX, o progresso geral melhoraria a situação de cada um, isto é, de todos, não somente daqueles que se apresentam como espertos.



individualização, ou seja, numa sociedade complexa, é necessário que se concretize a inserção a partir de vários elos. Existem aqueles que não precisariam de maneira tão premente desses processos de individualização, ou precisariam menos, porque são proprietários, e os outros, que somente têm essa “condição de liberdade” como patrimônio. É por isso que o retraimento dos elos na vida social, dependendo do lugar que o ator ocupa na estratificação social, pode ser extremamente perigoso para sua identidade social e trajetória social.

Para esses atores que somente têm esse patrimônio de liberdade formal, esse percurso da modernidade foi aquele que permitiu a “afiliação” ou inserção dos indivíduos não proprietários na sociedade, beneficiando-se de direitos decorrente dessas inserções, e, assim, tinham acesso à propriedade social e podiam tornar-se proprietários de si, no sentido de poder tratar de igual para igual frente a um proprietário, no sentido de possuidor de bens (Castel, 2001). Nessa concepção, a cidadania se deu a partir do trabalho, por isso a nosso ver ele foi central, e continua a ser central mesmo se muitas reivindicações provenientes de outras esferas acrescente ou substancie a cidadania. Como escreve Lautier, não são todas as reivindicações que são reivindicações de cidadania (exigir água no bairro pode ser ou não demanda de cidadania). Nesse sentido, podemos pensar que o processo de racionalização coletiva de direito e cidadania se fez a partir da esfera do trabalho.

Assim, voltar à idéia de um indivíduo livre, criativo e esperto no mercado exigiria habilidades e competências ensinadas para as gerações futuras? **Para quem esse discurso atual está destinado?** Para aqueles que perderam o emprego formal, para aqueles que ainda estão empregados, mas temem perder o emprego e as inserções conseqüentes, e para os trabalhadores do setor informal, isto é, para o mundo que vive do trabalho (Antunes, 1995). **Mas, de fato, como funciona o informal atualmente?**

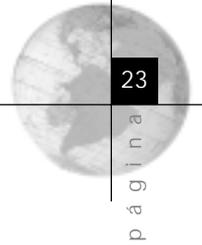
Não temos a pretensão de desvendar o setor informal, até porque cada sub-setor do mesmo se imbrica para formar uma lógica mais ampla. Entretanto, várias pesquisas realizadas nos permitem avançar e/ou reafirmar algumas pistas para a sua compreensão. Entre elas, a de que os setores formal e informal são logicamente articulados. Se considerarmos três categorias (Theodoro; Girard, 2001), por exemplo, a dos ambulantes, dos trabalhadores autônomos e das domésticas, extremamente representadas no setor (no Distrito Federal elas totalizam mais de 20% da PEA feminina), o que vemos?

Se analisarmos o setor informal a partir da noção de sistema de emprego (Theodoro, 1998), focalizando a análise sobre a atividade e não sobre o ativo, o que podemos observar? Existem amplos elos de alianças, concorrências que devem ser consideradas. Os ambulantes são os intermediários de uma grande parte dos atacadistas para chegar aos consumidores. Os autônomos precisam de relações com lojas de construções e organizam o mercado de trabalho em função do volume de trabalho. Formam equipes que se conhecem de longa data; quando há uma demanda maior, eles se reagrupam e, em momentos de escassez de demanda, trabalham sozinhos. Quem lhes faz concorrência? Aqueles que não têm história na profissão como, por exemplo, aqueles formados, rapidamente, em cursos de capacitação do governo e que aceitam preços mais baixos como pagamento, exatamente porque não dispõem de outra legitimação com os fregueses que possa atestar a qualidade do seu trabalho. Outros concorrentes são aqueles que provêm do setor formal e têm um capital suficiente para formar pequenas empresas. O que significa esse movimento?

Significa que existem espaços sim para essas atividades, mas estes espaços são permanentemente desconstruídos e reconstruídos e se precarizam ainda mais atualmente. O movimento de desconstrução/reconstrução do setor se faz tanto a partir do que acontece atualmente no setor formal (desemprego e desregulamentação), quanto pela história dos trabalhadores no informal, que remete a uma história do trabalho nacional (exclusão de uma parte da mão-de-obra, já que o seu acesso ao consumo não foi uma opção de desenvolvimento).

Nessa leitura se evidenciam os elos de dependência entre o formal/informal. À forma do formal, corresponde uma forma do informal e vice-versa. Assim, podemos pensar que, se o movimento de globalização reconfigura o setor formal, ele reconfigura também o informal, mas esse movimento se dá segundo uma lógica nacional. Então, torna-se importante e legítimo saber se o setor informal é um setor de esponja de emprego, de criatividade, de quem “sabe se virar”, ou um setor onde os trabalhadores se fragilizam cada vez mais. Os nossos estudos evidenciam uma precarização maior do informal para as categorias citadas (Teodoro; Girard, 2001).

As domésticas, que têm seus direitos formais mais considerados relativamente a outras categorias do informal, organizam a sua inserção no emprego a partir de redes de amizade para legitimar “qualidades” (e não competências) requeridas pelo mercado, como, por exemplo, “ser de confiança”. São as próprias empregadas que



indicam as amigas para trabalhar. Devemos lembrar que, até dez anos atrás, eram as patroas que organizavam as redes do mercado (Girard, 1993). Ou seja, apesar de terem sido beneficiadas com maior proteção, o que mostra que a sociedade civil avança no sentido de permitir maior cidadania, são ainda as regras informais que organizam o mercado de trabalho. Por quê? Como não é a qualificação, mas as qualidades que são valorizadas, isso entra na definição do preço do salário e o mantém a um certo nível, sem facilitar um outro patamar de negociação. No Distrito Federal, assiste-se também ao empobrecimento da empregada doméstica. Apesar da aquisição de direitos, ela mora cada vez mais longe e o preço do transporte acaba atrapalhando a negociação salarial. Quando elas estão no trabalho, quase 20% dos seus filhos ficam sozinhos, mais de 50% ficam aos cuidados de parentes ou de outras pessoas que elas remuneram com baixos salários. 1,2% tem acesso a creche, 18% são chefes de família, mas, observando os dados sobre a renda familiar, percebe-se que é a renda dessas trabalhadoras que sustenta cerca de 40% das famílias. Essa categoria profissional é muito afetada pelo desemprego dos maridos.

Todos esses dados evidenciam que não se pode imaginar resolver os problemas reais do mundo do trabalho a partir de resoluções parciais das questões formais de trabalho (parciais porque não há muita fiscalização no cumprimento da lei; no DF, observou-se que somente 40% têm carteira assinada). Se o direito não entra na casa da trabalhadora (creches, formas subsidiadas de alimentação, habitação e saúde) não será somente o trabalho, sobretudo o informal, que irá garantir o ingresso na cidadania.

5.1.1 – Impactos da Globalização

Nesse ponto, gostaríamos de lembrar a posição do Góron Thorbone sobre Globalização (em palestra realizada na UnB em 2001). Talvez, diz ele, devemos enfrentar o termo sem preconceito para poder entender o que está acontecendo no mundo hoje. O olhar de maneira neutra. O fenômeno aumentado de interação global permitiu que se estabelecessem regras internacionais sobre a questão de saúde e de direitos (o que permitiu, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil, a formulação de normas para se ter acesso a remédios mais baratos apesar das patentes, a criação de instituições internacionais contra o racismo e a violação de direitos humanos...). Houve uma aproximação de formas de vida global para as camadas mais favorecidas financeiramente e que tem, também, um impacto positivo sobre o país como um todo, mas que não exclui o agravamento do distanciamento entre os grupos sociais num mesmo país.

Distanciamento que está confirmado pelos dados nacionais na maioria dos países. No Brasil, o IBGE divulgou recentemente dados que caracterizam essa situação. Mas isso é verdade também se observarmos os dados dos países mais ricos. Não podemos, neste texto, refletir mais profundamente sobre a relação entre globalização e pobreza, mas, assim mesmo, sabemos que os números dos Sem Teto e das pessoas nos limites de pobreza aumentaram consideravelmente em todos os países.

D'Intignano (1999) assinala que em menos de três décadas, a Europa testemunhou um incremento de quase quatro vezes no contingente de desempregados, que passou de 2,6% da população economicamente ativa em 1970, para 10,7%, em 1997. As formas precárias dissimulam o desemprego; segundo os dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, considerando-se os “desencorajados” mais os sub-empregados, teríamos 40% de aumento no desemprego. Entre 1945 e 1975, havia na Europa 10 milhões de desempregados, sendo esse número triplicado em 1994. Assim mesmo, os dados devem ser analisados nos seus contextos, e, sobretudo nos seus contextos de pobreza. Na Europa, pobreza é sempre associada à idéia de alguém que é “assistido” (dependente de outros) ou que depende de mecanismos comunitários para sobreviver. Podemos olhar alguns paradoxos. Apesar de ter um grau elevado de desemprego, a França conta somente com 8% de assistidos ou em estado de pobreza absoluta. Na Inglaterra, eles são 9 milhões, ou seja 15% da população; na Alemanha eram 4% antes da reunificação; e nos EUA são 39 milhões de pobres, ou seja, 15,1% da população (Le Monde Diplomatique, 8/10/94). Isso significa que, às vezes, há menos desemprego e mais pobreza, o que permite refletir sobre quem sofre mais os impactos da situação atual e fazer outras leituras da questão das discriminações. Nos EUA, aumentou o número de empregos, mas são precários, o que é atestado por vários indícios, como, por exemplo, o fato de existir uma organização beneficente em Nova York que reúne os Sem Teto e a municipalidade para pensar formas de proteção social que poderiam ser oferecidas, ainda que seja o trabalho por dia. Assim mesmo, vale lembrar alguns dados. Nos últimos 20 anos, nos Estados Unidos, trabalhadores que recebiam salários maiores tiveram ganhos reais de 4,4% em média. Aqueles cujos salários eram mais baixos experimentaram queda acumulada de 10,3% nos ganhos. Verifica-se que, desde 1970, o salário dos 10% mais pobres caiu em 1/3. O percentual dos trabalhadores *full-time* que ganham menos do que o salário do nível de pobreza aumentou de 12% para 18%, entre 1979 e o início dos anos 90 (Soria; Girard, 1996).

6) DISCURSO HEGEMÔNICO, CULTURA, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA

Acreditamos que esse distanciamento interno seja um dos elementos fundamentais para entendermos o momento atual. Nos países da Europa, se a informalidade ainda é baixa, a diferenciação nacional se dá a partir do aumento do trabalho em tempo parcial e dos diferentes tipos de contrato para jovens. Quem ocupa mais os postos de trabalho de tempo parcial são as mulheres (ver Hirata, 2000). Existe o que os pesquisadores chamam de “brasilianização”, que é essa forma mais precarizada, cujos resultados são caracterizados, entre outros, pela massa crescente dos Sem Teto que representam parte daqueles que são desfiliaados socialmente.

O que importa entender atualmente é a relação entre esses fenômenos; do ponto de vista nacional, significa que existe uma distância aumentada ou permanente entre os diferentes grupos sociais de uma nação, e que deve ser pensada junto com o movimento de interação global. Para que exista esta interação global, é importante saber qual é o preço a ser pago no território nacional, já que existem dados que evidenciam uma degradação do tecido social. Entre outros, estes são expressos na esfera do trabalho, como vimos anteriormente, e, por um aumento da violência (as mortes por homicídio são as principais razões de morte, e envolvem homens em idade ativa). Nos gráficos sobre violência, percebe-se, particularmente, que os homens jovens são as principais vítimas e os principais agentes e, se olhamos os padrões de inserção ocupacional dos mesmos, a situação se torna bem mais compreensível. Observa-se, também, uma recrudescência de doenças esquecidas, o que mostra que uma parte da população regride em termos sociais.

O que podemos perceber é que houve uma pauperização e uma desarticulação no setor informal nesses últimos anos e, nesse sentido, estaria acontecendo uma perda de cidadania. **O que acontece no formal, e sabemos que acontece em vários países, é que devido à forma de inserção global de cada país, o impacto sobre o trabalho conduz também à fragilização do informal e à sua reconfiguração.**

A globalização pode ter efeitos positivos sobre alguns aspectos, e até ser inevitável em termos de trocas econômicas e culturais, mas, em termos de cidadania pelo trabalho, ela conduz a um retrocesso. **E é muito difícil pensar cidadania fora da esfera do trabalho.** O esforço das forças progressistas deve concentrar-se, a

nosso ver, nesse aspecto do ponto de vista nacional. É esse distanciamento, essa fragmentação no mundo do trabalho, que revela a lógica perversa dessa opção de desenvolvimento. Nesse aspecto, não adianta imaginar que a responsabilidade é somente devido aos fluxos globais. A história coletiva nacional na esfera do trabalho dá os contornos e, também, os conteúdos a essa nova ordem mundial. Os efeitos atuais se dão nessa articulação. E defender que o informal é capaz de dinamismo e de permitir uma nova configuração do mundo do trabalho é querer ignorar a lógica, tanto do formal como do informal, atualmente.

A partir desses dados, percebe-se que entrar no setor informal não é possível para qualquer um. Para poder entrar há de se pertencer a redes, mesmo que essas pareçam frágeis a olhos poucos avisados. Ainda sobre a especificidade do setor, vemos que os trabalhadores do informal ocupam a mesma atividade durante uma boa parte de suas vidas. Por exemplo, mais de 60% dos ambulantes exercem essa atividade há mais de 5 anos e, quando se pensa que no setor informal os trabalhadores exercem atividades paralelas, vimos, por exemplo, que nas três categorias consideradas, somente 7,1% tinham outra atividade. Nesse sentido, percebe-se o quanto é fantasiosa a idéia de que o setor é aberto para qualquer um que esteja disposto a trabalhar e seja criativo.

6.1 – Lógica da Globalização

O que permite a essa dinâmica se instalar? Segundo vários autores, é evidente que houve uma crise de rentabilidade do capital e que a solução foi drástica para o mundo que vive do trabalho. Foi freada a reivindicação do movimento operário: essa situação é bastante diferente e expressiva da cultura política de cada país. Vimos acima os dados para a Europa. Nos EUA, a dessindicalização evidencia que os sindicatos têm um reconhecimento limitado no plano político. Já nos anos 70, a taxa de participação sindical era inferior a 30%, em 1984 era de 18%. No Japão, em 1949, a taxa de sindicalização era 55%; 5 anos mais tarde era 35%, em 1985, 29% e, atualmente, 12%. O desemprego faz pressão tanto sobre os salários quanto sobre os mecanismos de reivindicação. Mas houve, sobretudo, uma formidável reorganização do discurso do que é ser moderno, ser do seu tempo.

Escrevemos que, a cada forma de gestão do trabalho, correspondeu uma cultura. Aceitar a alienação do fordismo e do taylorismo significa optar, não somente pela retribuição, mas, também, por ser reconhecido (e esse reconhecimento é muito claro, é uma legitimação). Como, por exemplo, um pai de família decente, provedor, que ao aceitar o contrato, permite a integração social de sua família. A

correlação entre trabalho “honesto” e família honesta é evidente. A legitimação dada pela idéia “pobres, mas honestos” dignificava a família, mas também permitiu a dignificação do trabalho, mesmo alienado. Além do fato de que essa integração dá direito aos bens sociais e, assim como diz Castel (2001), a ser proprietário de si, mesmo que parcialmente, no nosso continente.

Ao se mudar de paradigma de gestão, mudam-se muitos elementos, expectativas e valores na esfera da cultura. Não que a nova modalidade de gestão se estenda realmente, concretamente, de modo hegemônico. Coexistem várias formas de gestão, como, aliás, acreditamos que houve a mesma dinâmica em outro modelo. Entretanto, é preciso disseminar valores extremamente mobilizadores subjetivamente para institucionalizar práticas necessárias à reprodução do modelo escolhido. Poderíamos até pensar que, quanto mais a sociedade se diz democrata, mais a sua interferência se faz sobre os níveis de subjetividade⁵.

Em sociedades ditas democráticas, as necessidades de convencimento são mais evidentes; como bem explicita Durkheim, deve-se amar as normas. Em sociedades regidas pela força, aniquila-se o pensar, o pensar individual e a possibilidade de constituição de identidade. Mas, mesmo nas sociedades ditas democráticas (e que contêm também realidades violentas), há uma real presença múltipla contida no sujeito que não consegue se ver reconhecido nas suas múltiplas posições, as quais são difíceis de serem reconhecidas nos diferentes paradigmas. Por exemplo, a mulher pode mais facilmente ser reconhecida como operária, mas é difícil ser reconhecida como operária, mulher de uma certa idade, negra, chefe de família. São essas as múltiplas posições do sujeito às quais nos referimos.

6.2 – Discurso Hegemônico

Assim, podemos pensar que, como diz Bourdieu (2000) ironicamente, em uma perspectiva utilitarista, o social seria deixado aos sociólogos. Entretanto, essas são questões subalternas quando de fato, as relações econômicas são, por definição, relações sociais e, como tais, objeto de reflexão por excelência da sociologia. Nessa perspectiva, os mecanismos são cada vez mais refinados para se obter o sucesso e os benefícios cada vez mais raros para o conjunto da população, sendo dirigidos a uma fatia mais estreita da mesma. Sabemos, entretanto, o quanto pode ser perigoso para o

⁵ Não que a força não modifique a subjetividade. Os estudos sobre trabalho, tanto na sociologia quanto na literatura a respeito dos campos de concentração, por exemplo, demonstram, sem sombra de dúvida, diferentes mecanismos de imposição e introjeção de uma ordem.

social e para os atores (sujeitos) participarem de uma sociedade onde os conflitos sobre opções de desenvolvimento não podem ser debatidos em espaços que lhes são reservados. As instituições existentes não representam a alteridade e são escassas as possibilidades de se construir sujeitos coletivos. Na falta de opção de debate, acaba-se por produzir um recalque (silenciamento sobre desejos e necessidades), mas há sempre uma volta do recalco e, em geral, ao ter ficado preso, o mesmo reaparece com muito mais força e violência.

Sobre esse aspecto do fenômeno da globalização, temos muitas análises que corroboram nesta direção. Bourdieu (2000) mostra o quanto as imagens são eloqüentes no discurso que permite exercer política recessiva de empregos; despedir pessoas é “cortar gorduras”, os empresários se tornam “as forças vivas da nação”. Laranjeira (1999, p.28) mostra que, em 1993, se demite 10 mil funcionários na Xerox e, no mesmo dia, as ações da companhia sobem 7%! E difunde-se que a empresa teve que realizar um plano social corajoso! Entretanto, o que não pode ser esquecido é que é esse discurso que tem acesso à mídia, e que é globalizado. Quais são as condições de produção desses discursos? Processos sociais: redistribuições de fatias de mercado conquistadas por um somatório de capitais culturais, simbólicos e econômicos. Bourdieu analisou, entre outros aspectos, os mecanismos de recuperação de poderes do mercado imobiliário na França. Nesta análise, o autor mostra o quanto se precisa jogar sobre esses diferentes níveis para se obter sucesso. Deve-se associar o nome de uma escola de prestígio à sua empresa; fazer alianças com a tradição que supostamente é a que dá confiança realmente aos investidores; empregar como quadros superiores, por exemplo, pessoas que provêm desses lugares. E ter a capacidade de produzir necessidades e desejos na sociedade que são aqueles que seu espaço no mercado permite oferecer ou responder com prontidão.

Isto é, no social nada é dado, tudo é construído segundo lógicas de interesses e capacidades de resistência, e o mercado é um dos melhores exemplos dessas dinâmicas simbólicas. Nesse sentido não há nada de novo. O que há de novo é esse esforço desmedido de naturalização do social. Convencer que não há nada para ser feito em termos de resistência, significa uma formidável energia para desmontar as possibilidades de resistência, como a dos diferentes movimentos sociais, a exemplo dos grupos como “ATTAC” (Association pour une taxation des transactions financières pour l’aide au citoyen), ONGs, ações sindicais, Fóruns Mundiais alternativos e outras resistências.

Um aspecto que gostaríamos de ressaltar é o quanto o mercado faz funcionar redes a seu proveito para realizar o que descrevemos. Essa capacidade de criar elos é extremamente fundamental e os elementos progressistas da sociedade devem também lançar mão desse recurso. O que, muitas vezes, não foi suficientemente realizado.

Todos esses movimentos de mais de uma década evidenciaram o que os autores chamam de *colonização da subjetividade*. As lutas por lugares e posições na reorganização do social evidenciaram uma perda de força das representações coletivas e uma crescente individualização. Os estudos sobre as novas gestões do trabalho dizem que, “apesar dos processos modernizantes, não se evidenciam, pelo contrário, mudanças concretas e significativas quanto à autonomia e controle dos trabalhadores sobre sua própria atividade” (Carvalho, 2000, Dejours, 1998 e 1993). Para uma maior parte da população, há menos empregos, menos renda, menos cidadania, mesmo que se anuncie que os dados sobre a pobreza acusam uma diminuição (IBGE, 2001) e que o que existe é uma permanência na distância entre os grupos sociais.

6.3 – Cultura e Subjetividade: o que está acontecendo com a identidade dos trabalhadores

Nesse sentido, comprometer-se, fundir-se com os ideais de empresas que querem ser vitoriosas no mercado, significa - pedindo perdão pela intromissão num outro campo, mas que a análise da subjetividade exige -, adotar o Ideal do Eu da empresa (adotar a imagem de si que vende a empresa no espaço concorrencial, isto é, uma representação que deve ser extremamente positiva). O que seria este? Ser forte, competitiva, saber inventar soluções em momentos difíceis, saber se sacrificar (Gaulejac, 1997, 1994, 1991). O Eu se encontra estraçalhado entre o *Ideal do Eu* (que pode ser a instância controladora, a imagem da empresa com a qual temos de nos identificar), o *Eu* que lida com essas instâncias, e o *inconsciente* que é o laboratório de nossos desejos e de nossa história. O Eu é a posição do sujeito no presente vivenciado pelo trabalhador, ameaçado pelo desemprego, ameaçado de ser rejeitado no mundo que ele habita concretamente e subjetivamente, onde adquiriu reconhecimento social, posições, estatuto. Mas é também uma posição construída a partir da leitura de sua história, leitura do presente e projeção para o futuro.

Existe, a nosso ver, uma exigência mais forte no momento atual que obriga os trabalhadores a privilegiar o Ideal do Eu nas empresas. Esse mecanismo é atestado

por inúmeras pesquisas: 40% da produção do último Congresso de Sociologia Clínica estudaram essa realidade nas empresas. Não que os trabalhadores tenham se tornado menos combativos ou mais alienados, mas os mecanismos de defesa parecem funcionar menos, ou os trabalhadores foram convencidos que não funcionam mais. Parece-nos que a criatividade (o pensar, o inventar que é sempre mobilizado para diminuir a tensão e se permitir benefícios secundários no ato de trabalhar, ou mesmo para permitir o acesso ao prazer do trabalhador) está massacrada pela coerção que é feita ao submeter-se ao Ideal do Eu.

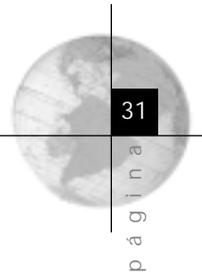
Não é o verdadeiro mecanismo da criatividade que está sendo requerido nas novas gestões, pois o mesmo exige lançar mão dos riscos possíveis para apropriar-se desses ganhos e do exercício da liberdade (Dejours, 1998). O que está sendo exigido é que os trabalhadores se submetam ao desejo do outro sem possibilidade de poder se enxergar e, nesse sentido, sacrifica-se a alteridade, necessária à identidade. Nesse ponto, queremos insistir sobre o perigo desses mecanismos para as questões de gênero na esfera do trabalho e dos direitos em geral. Há um mecanismo que parece dar voz a algumas reivindicações⁶ e, simultaneamente, um movimento que suprime a alteridade. Nesse sentido, pensamos que a única saída seja criar espaços, territórios simbólicos e reais onde se institucionalizam outros valores e a manifestação da alteridade.

6.4 - O discurso da qualificação como discurso hegemônico positivo

6.4.1 – Qualificação e desqualificação

Entretanto, um dos discursos mistificadores é o da qualificação. O próprio movimento atual é de desqualificação permanente. Nas áreas de ponta que demandam um refinamento tecnológico cada vez mais apurado, a exigência se justifica. Mas sabemos que o que está sendo exigido são qualidades que se transformam em competências e habilidades. Um trabalho de qualidade exige, quase sempre, um envolvimento maior que aquele ordenado por contrato. É a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. A qualificação dava a segurança de ser competente para aquele ato de trabalho e se fazia em função do posto de trabalho. Competente era aquele que exercia com maestria seu ofício. Atualmente, o que se exige são competências que não se sabe onde podem ser adquiridas. Para alguns, seria em curso de oratória? Em curso para controlar melhor

⁶ Por exemplo, reflexividade, avanço das questões de direitos na contemporaneidade.



as emoções? Ou na melhoria do ofício técnico? Não são os postos de trabalho que exigem essas qualidades, a não ser para alguns poucos setores, como o de recursos humanos ou atividades que exigem controle de áreas perigosas ou conhecidas pelo estresse que provocam. Para essas atividades não se trata de exigências novas. *O que é novo é que o posto de trabalho se transforma menos que o trabalhador. Nesse sentido este é cada vez mais mercadoria.* Competências são capacidades criativas, formas de saber fazer a gestão dos diferentes capitais que cada um possui. Elas estão no programa para ser adquiridas na educação formal no país. Ora, exige-se a criatividade de maneira normativa?

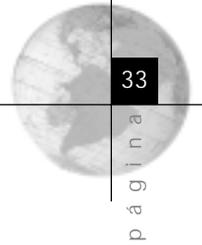
É evidente que qualquer país ou região tem a ganhar com o aumento da educação. Os dados por si mostram que quando a mãe tem um nível de educação maior a mortalidade infantil se reduz etc. Ao mesmo tempo, observando a educação e seus resultados na esfera do trabalho, observa-se que as mulheres têm mais educação e continuam ganhando menos, ocupando postos de trabalho mais precários. Educa-se, por exemplo, prolongando os números de anos escolares obrigatórios, mas, no mercado de trabalho, reconstrói-se as exigências em função dessas dinâmicas. É muito melhor para o país contar com uma mão-de-obra mais escolarizada o que se traduz em termos de crescimento dos índices de desenvolvimento humano, tal como é medido internacionalmente. Nesse sentido, a educação é um valor em si e é interiorizada como tal. Entretanto, não há como negar que a estrutura educacional expressa a estratificação social. Não precisamos insistir sobre isso, pois, muitos estudos já esclareceram essas lógicas (Bourdieu, 2000). Por isso, temos que olhar a qualificação de maneira atenta e crítica. Oferecer qualificação com visão à “empregabilidade” de jovens, no melhor dos casos, com uma remuneração de um salário mínimo, sobretudo em meio urbano, acaba sendo de difícil aceitação. O setor da ilegalidade é muito mais remunerador e, como mostra Takeuti (em palestra proferida em Belo Horizonte, em 2001, no Congresso de Sociologia Clínica), não adianta dizer que esses jovens têm outros valores e é por isso que estão na marginalidade. Estão na marginalidade porque na sociedade o que é valorizado é o dinheiro e o status que ele permite.

Nesse sentido, eles estão sendo muito bem socializados nos valores atuais. Para reforçar essa idéia da nova estratificação social, a partir das transformações no mundo do trabalho e da qualificação, podemos lembrar um movimento analisado que se expressa a partir de trabalho/não trabalho e de sua relação com status social e as formas de integração e interação (Lautier, 1999). *“O trabalho socializa porque ele confere um espaço na sociedade, permite o acesso ao mercado e, ainda concilia a existência individual e a participação em um coletivo”*. Não é, diz o autor, a posição de Marx sobre

o trabalho, tido como embrutecimento, a não ser que as condições de produção de mercadorias se tornem transparentes, “*restabelecendo uma ligação entre o ator, a atividade, o produto*”. A idéia de que a subjetividade do trabalho não se constrói somente no trabalho não é nova, lembra o autor, entretanto o que acontece hoje?

Eis o que diz Lautier (1999, p.18): “*Teríamos cinco categorias de pessoas: primeiramente, os trabalhadores da indústria automatizada, e alguns serviços como o banco, fazendo um trabalho heterônomo de mais ou menos vinte horas por semana e tentando achar no lazer o sentido perdido no trabalho, mas com salários relativamente altos.. Em seguida, um núcleo de engenheiros e técnicos, combinando altos salários, atividade controlada e lazeres ligados ao seu status elevado (mas com a impossibilidade crescente de separar tempo de trabalho e tempo de lazer). Em terceiro lugar, um conjunto de trabalhadores de serviços no mercado porém pouco produtivos (comércio, limpeza, serviços pessoais..), trabalho igualmente “heterônomo” de tempo parcial (ou pelo desvio de tempo parcial) e baixos salários. Em quarto lugar, os trabalhadores de serviços fora do mercado, pouco remunerados.. cujo tempo de trabalho seria muito variável, e trabalho e lazer teriam uma separação imprecisa. Enfim, alguns “trabalhadores independentes” cuja autonomia jurídica dissimularia uma enorme dependência em relação ao mercado...Este estilhaçamento de status, através do qual nós nos engajamos, apresenta não somente o risco de separar a sociedade em categorias de pessoas em função do significado do seu trabalho, mas também de provocar um estilhaçamento no significado do não-trabalho: para os primeiros, um descanso “reparador” (utilizando o significado da mecânica); para os segundos, lazer de luxo nos períodos breves e imprevisíveis; para os terceiros, um tempo morto e um crescimento das tarefas domésticas, pelo fato de sua insolubilidade; para os quartos, uma disponibilidade constante, moralmente valorizada e lazeres “culturais” a preços baixos; para os últimos, uma auto-exploração crescente, reduzindo os lazeres a alguns períodos de super-consumo para os vencedores”.*

E essa construção se refere à França, onde a situação atinge menos gente na última categoria. Assim mesmo, ela é extremamente pertinente para esclarecer o que expressamos ao lembrar da subjetividade que se constrói no não-trabalho dependente do trabalho e que reconfigura o social. Essa é a visibilidade que o social expressa nos mundos mais ricos; no nosso continente, as feridas expostas são mais violentas. Os status privilegiados são mais insolentes num mundo onde a maioria passa dificuldades gritantes. Por isso, a qualificação há de ser mais do que uma promessa de empregabilidade. Mesmo que seja um conforto para o trabalhador saber que ele está se aperfeiçoando, a formação não é suficiente, o que é fundamental é a concretização do seu esforço.



Da mesma forma como mostramos a discriminação a partir de uma perspectiva de gênero na questão do desemprego e no setor informal, é fundamental observar a questão da qualificação/desqualificação a partir dessa mesma perspectiva. Com base em Maruani (2000, p. 28-29), e os autores da América Latina também confirmam os mesmos processos, *“a feminização do mercado de trabalho somente pode ser compreendida olhando o que aconteceu no sistema escolar. O nível de formação das mulheres aumentou até ultrapassar o dos homens. Isso, diz a autora, foi um processo lento e contínuo. Assim mesmo observa-se uma forte segregação nas opções de formação. É claro que se observou sempre uma segregação entre letras e ciências, por exemplo. Houve uma mudança, mas também uma reprodução de formas de subordinação. Quando os homens e as mulheres que possuem igualmente um diploma superior estão desempregados, a diferença entre eles é pequena, mas entre mulheres que têm diploma e que não têm, a diferença é notável. Ao mesmo tempo, se observamos a relação formação/emprego mesmo quando as mulheres são mais diplomadas, as suas carreiras avançam menos rapidamente e essa desigualdade aumenta no decorrer dos anos”*.

As promoções são mais freqüentes para os homens que para as mulheres. Observando agora a relação formação/salário, Maruani afirma: *“Na hora que todos os países da União Européia acordarem suas legislações sobre as opções comunitárias, as desigualdades de salários entre homens e mulheres não existirão em lugar nenhum. Na Europa inteira as mulheres recebem salários inferiores e essa diferença aumentou entre 1980 e 1990. Os últimos dados mostram que as diferenças estão entre 10% e 32%”*. Há persistência de desigualdades apesar dos esforços na esfera jurídica dos movimentos feministas. No Brasil, a situação não é diferente. Os dados do DIEESE, do IBGE, evidenciam os mesmos fenômenos. O que comprova que o movimento é mesmo de qualificação/desqualificação, sem diminuir as desigualdades de gênero.

6.4.2 – Qualificação e Subjetividade

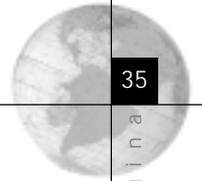
É útil lembrar aqui o que significou a educação. Quando escrevemos acima que a educação passou a ser um valor em si, essa representação tem uma história internacional e nacional. Nós não voltaremos a falar sobre o desenvolvimento desta, mas os modelos da educação sempre corresponderam à opção de desenvolvimento. O direito aos bens sociais, que representam a terceira fase de aquisição de cidadania (Marshall, 1967), eram, em parte, obtidos graças ao acesso à educação. À hierarquia do social, correspondia a hierarquia dos percursos escolares. Depois do formidável crescimento das economias do mundo no pós-guerra, ter uma mão-de-obra com mais anos de aprendizagem permitiria a continuação desse desenvolvimento e seria a chave da integração no social. Entretanto, o otimismo diminuiu depois da crise de 1973 e voltou à tona um discurso neo-liberal,

mostrando que pode haver crescimento com desemprego e, melhor, esse é funcional; mais ainda, o mercado funciona melhor com desigualdades (ver Gentili, 1998).

A partir desta concepção, a educação é menos um direito de bens sociais e mais uma estratégia de cada um para lutar pela integração, mas, sobretudo para ocupar posições e lutar por lugares (Gaulejac, 1994). Aqueles que lutam pela integração não têm condições de ultrapassar um patamar mínimo. Esses são os alvos de discursos legitimadores, isto é, a educação seria fator essencial de mobilidade social. Foi verdade para uma parte da população no Brasil, e para um período de aquecimento da economia (desenvolvimentismo).

Entretanto, se olharmos os dados de Gentili (1998), vemos que a educação de base não aumentou tanto, o que aumentou foi a educação média e a educação superior, o que expressa a opção de desigualdade. O que, aliás, é também coerente em função da opção que foi feita de quem seriam os consumidores. Isso significa que foi abandonada a perspectiva da integração para uma boa parte da população. Assim mesmo, o valor educação foi disseminado, já que funcionou para alguns estratos da população, mas, para os mais pobres, foi e é uma batalha individual. Isto é, o bem social educação é uma estratégia individual. É a eterna caminhada das empregadas para terminar o primeiro ou segundo grau, por exemplo. Nas camadas que conseguiram mobilidade social, graças à opção de desenvolvimento nacional, os seus filhos já não se beneficiaram tanto da educação pública, pelo menos no que se refere aos cursos superiores.

E o que se vê é uma corrida aos diplomas e, ainda, algumas estratégias individuais de integração dessa fatia da população. O valor educação permanece, mas a sua aquisição depende da responsabilidade dos indivíduos. O que está mudando? Na educação de base, esses valores passam a ser fatores de socialização. O que for adquirido mais tarde, responsabilidade para sua integração, deve ser internalizado mais cedo, mas com qual promessa? Antes, o que fazia funcionar o valor educação era o valor mobilidade social, mesmo realizando-se muito parcialmente no nosso continente. Hoje, a promessa é a empregabilidade, como escreve Gentili (1998, p.76-90), *“educar para o emprego levou ao reconhecimento trágico para alguns, natural para outros, de que devia formar também para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla ‘trabalho/ausência de trabalho’ num matrimônio inseparável”*.



Nesse sentido, pode-se ver a luta por lugares substituir a luta de classe como coloca Gaulejac (1994). A inserção do trabalhador e a sua frágil permanência tornaram-se responsabilidade e capacidade individuais. Esse imperativo estendeu-se para camadas cada vez mais amplas e isso em todos os países. Não significa, por isso, que mudou a ordem de reprodução social através da educação. O acesso aos poderes tem sempre percursos escolares conhecidos.

7) PATOLOGIA DO NORMAL

Como vimos anteriormente, dinâmicas sociais apontam, até o momento, para uma socialização individualista para uma boa parte da população, em nível escolar, no espaço do trabalho e do não trabalho. Ora, socialização individualista é quase um contra-senso. Viver em sociedade de forma democrática é estabelecer laços sociais exatamente porque os mesmos são consenso sobre os conflitos. Através da socialização, a sociedade propicia formas de interação. Atualmente, parece haver uma radicalização do paradigma utilitarista, “não se deve dever nada a ninguém”. O que Gaulejac (1994) entende por lutas de lugares ou lutas por posições é que “*a luta por lugares não é mais uma luta entre pessoas ou entre classes sociais. É uma luta de indivíduos solitários contra a sociedade para achar ou reencontrar um lugar, isto é, um status, uma identidade, um reconhecimento, uma existência social*”.

Não se trata somente de exclusão econômica, Hoggart (1970) já mostrava que exclusão econômica pode propiciar forma de pertencimento a seu grupo. Trata-se, também, como vimos nesse dossiê, de exclusão simbólica e sofrimento psíquico. Se o trabalhador deve contar somente com ele mesmo, ser indiferente ao sofrimento do outro para não entrar em contato com o medo de ser o próximo a perder o emprego (Dejours, 1998), ele tem que recalcar o seu próprio sofrimento. **Suprimir o outro em si, é suprimir a possibilidade de se enxergar. A construção das identidades a partir desses mecanismos sociais provoca, sem dúvida, o que alguns autores chamam de normopatia, uma patologia do normal, a normalidade como enigma. E é com isso que se organizam as resistências. (Dejours, 1998).**

Quais são as formas de resistências: do lado sindical, dos movimentos sociais, da sociedade civil, inclusive dos seus intelectuais?

Há um enorme esforço, não somente para desnaturalizar os mecanismos que engendram a realidade atual, mas para reagir a estes, só que, desta vez, exige-se um esforço de alianças. Diversos sindicatos aliam-se sobre aspectos que, juntos, terão mais forças, como para combater a degradação das condições atuais dos trabalhadores e trabalhadoras ou sugerir políticas de emprego e renda, levando em conta a perspectiva de gênero que perpassa todas as questões na ordem do dia: emprego/desemprego, qualificação/desqualificação, banco de horas, organização e apoio a formas diferentes de se produzir (Central Única dos Trabalhadores - CUT e Associação para o Desenvolvimento da Economia Solidária - ADES). O

paradoxo de se perceber novos reconhecimentos de direitos formais e uma degradação do tecido social exige que se recentralize os esforços na esfera do trabalho. Retomando a frase citada por Lautier, é suficiente lutar para ser Rei na política quando somos perpetuamente ameaçados de não integração econômica? Nesse sentido, as lutas antiglobalização e por um outro projeto de desenvolvimento mundial, e não mais somente nacional, são de fundamental importância, como todos os grupos representados no Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, o expressaram. Foi o que permitiu a esses fóruns realizar a compreensão que deve haver uma resistência global que se expressa por um consenso: de que vale uma democracia que não propicia a cada um, a possibilidade real de participar do debate sobre qual o futuro em comum? Para concluir, gostaria de refletir a partir de uma posição de resistência baseada em dois aspectos, um teórico e outro prático.

Do ponto de vista das práticas sociais, percebe-se, atualmente, um “acordar” das resistências. Sempre houve resistências, mas não podemos negar que houve uma ofensiva muito arrasadora do discurso neo-liberal como mostramos acima, que reconfigurou modalidades de ser no social, valores, expectativas e dinâmicas. Houve uma diminuição das taxas de sindicalização, e o desenvolvimento de práticas menos de enfretamento e mais de cooperação nas relações capital/trabalho, o que os estudiosos chamaram de cooperação conflitiva (Nogueira, 1997 e Rodriguez, 1997). Mas houve, também, formas mais amplas de se pensar as questões sindicais, tanto nas esferas de integrações regionais, como Mercosul ou outras, quanto nas agendas mais amplas no âmbito sindical envolvendo a reflexão sobre cooperativismo, aproximação com os desempregados e a questão da formação. Houve, ainda, um aumento das discussões sobre as questões de gênero com a obtenção de alguns ganhos na esfera legal, mesmo se a esfera do trabalho evidencia discriminações que demonstram os limites reais da questão (baseadas na idade, cor, etnia, região etc.).

Estão se organizando resistências globais em torno dos impactos da globalização, não somente de problemas que afetam a todos, mas há reaparição de alternativas, se não de projetos societários completamente configurados, pelo menos de afirmação de valores que não são compatíveis com as opções neo-liberais e que congregam cada vez mais setores de população, em países cada vez mais numerosos, e que se unem nesse empreendimento. Devemos considerar, evidentemente, a organização do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, junto com a sua programação para o ano que vem, mas, também, a organização que o

precedeu a partir de “ATTAC” e as manifestações por ocasião das reuniões dos países do G7. E várias outras, a exemplo das greves que estão se organizando, tanto nacionalmente quanto nos países duramente atingidos pela crise econômica, como, atualmente, a Argentina. Assim, de um ponto de vista de resistências organizadas em direção a opções societárias diferentes, vemos mudanças significativas.

Há, também, uma consciência de que, internacionalmente, existem pessoas que se identificam e estão dispostas a se aliar para fazer frente a uma desagregação do tecido social. Durante muito tempo parecia que havia uma submissão a uma ordem histórica inelutável. Com o decorrer do tempo e o não cumprimento da equação “desenvolvimento junto com integração”, ou, pelo menos, “desenvolvimento com menos desigualdades”, acrescido de dados socialmente alarmantes que evidenciam fraturas sociais, torna-se cada vez mais cínico falar em desenvolvimento.

8) CONCLUSÃO

A viabilidade econômica não leva necessariamente à viabilidade social.

A nosso ver, o que mostramos estar acontecendo do ponto de vista empírico das resistências é uma luta contra a banalização dos efeitos de “mercadorização” das ações sociais, pedindo perdão pelo neologismo. A ação guiada pelo lucro, ignorando o lucro social da integração, por exemplo. Ora, ignorar esses mecanismos não é somente defender interesses político-econômicos, é ignorar uma parte do funcionamento do social que necessita da “gratuidade” expressa na idéia: o atendimento social não pode ser dado a cada um segundo seus méritos, mas segundo suas necessidades. Não obviamente porque os indivíduos seriam filantrópicos por essência, mas porque seria talvez a única condição de resguardar a liberdade necessária à vida social.

Viver em sociedade significa, entre outros aspectos, pertencer à mesma, estabelecendo relações sociais, realizando numerosas trocas. Na perspectiva utilitarista, nas trocas se estabelece uma dívida que há de ser liquidada. Melhor dito, a situação de plena “autonomia” é “não dever nada”. Ora, numa realidade de trocas entre desiguais, nunca se é completamente livre neste sentido (poderíamos pensar que a liberdade é uma ficção nesta realidade?). Mas, a meta é esta e o Estado (vimos esse aspecto acima) é o mediador que permite restabelecer a condição de iguais aos não proprietários, através do acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Sem o Estado, o paradigma permite somente a uma parte da população estabelecer trocas entre iguais. Nesse sentido, a liberdade é limitada (a relação capital/trabalho é exemplar nesse sentido).

Alguns estudiosos (Caillé, 2000 e Godbout, 2000) levantam o paradigma do DOM (dávica) como, talvez, o único a poder permitir a realização da condição da liberdade, condição que fundamentou a emergência da democracia. Qual é, em alguns breves traços, o conteúdo desta reflexão e por que ela é fundamental no momento em que se reflete sobre globalização e trabalho em uma perspectiva de gênero?

Se estabelecer relações de troca significa dar e receber, percebe-se que, ao se dar sem obrigação formal, nem de dar nem de receber, permite-se receber algo precioso que legitima e fornece sentido às relações sociais. O sujeito que recebe pode não dar o devido valor ao que foi recebido, ou o que foi recebido pode não ter o valor que quem recebe acha que merece, ou devolver igual ou a mais. Nestas situações, cada um deve saber avaliar a troca e agir em consequência. Além da

liberdade, agrega-se a responsabilidade de se refletir sobre o valor da ação social. As trocas se fazem em função do que cada um pode dar e não de uma equivalência de preço, por exemplo, o que reconfigura a questão da igualdade nas trocas. A socialização segundo o “bom senso de dar” seria o reconhecimento de uma das faces do social que existe de fato e está sufocada pela hegemonia dos paradigmas citados acima. A não obrigação restitui a liberdade. O que não exclui que existem diversos níveis do social e que uns exigem um constrangimento que deve ser imposto pelo Estado para restabelecer a igualdade ou a equidade.

O paradigma do DOM existe em grande medida nas ações voluntárias em cada sociedade, mas talvez fosse importante deixar vir à tona um outro aspecto que este paradigma pode significar: o do desenvolvimento do sujeito no reconhecimento da sua subjetividade e das condições de produção desta subjetividade. Vimos que se assiste a um imenso esforço de naturalização do social da parte do projeto neoliberal. A perspectiva do DOM implica a avaliação e o reconhecimento de si e do outro nas relações sociais. Era esse um dos esforços de Marx ao desvendar o processo de construção de mercadorias. Vimos o quanto se exige, nas novas gestões do trabalho, uma submissão aos valores da empresa, impondo uma colonização da subjetividade, onde os sujeitos não podem estabelecer elos de confiança com os companheiros, já que os erros são vigiados por todo mundo. Há um retraimento do indivíduo sobre si. Da mesma forma que não podendo se solidarizar com os colegas que estão ameaçados pelo desemprego, por medo de perder os seus empregos, aparece uma radicalização do individualismo que poderíamos chamar de anômico. Ignoram-se os outros e na medida em que há um eclipse da alteridade para se pensar, existe o que os autores chamam de normopatía (Dejours, 1998), ou seja, uma normalidade doente.

Nesse sentido, o paradigma do DOM vem nos lembrar que o reconhecimento da alteridade, isto é, a presença do outro na nossa configuração identitária (nós não somos autistas, mesmo que a socialização moderna nos empurre a acreditar) é a única condição de se ter acesso à liberdade, de se lutar por relações sociais democráticas. Por que? Porque ela nos obriga a pensar e a nos lembrar que o outro existe, que nossas ações são influenciadas e construídas nas relações sociais e que a nossa identidade é fruto dessas múltiplas interações. É por isso que o conceito de gênero visto como um martelo que desconstrói (Suárez, 2000) desvenda a forma do social e é um instrumento teórico extremamente precioso que permite enxergar os limites da forma atual marcada pela reificação. Nesse sentido, os campos empíricos que mostramos a partir das formas de resistência podem permitir essa leitura teórica.

9) GLOSSÁRIO

Para facilitar a leitura do texto acrescentamos um breve glossário dos termos utilizados.

Taylorismo

“Sistema de Organização do Trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. É uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho e, juntamente com o fordismo, integra a Organização Científica do Trabalho...”. (CATTANI in: Cattani, A. (org). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*, 1997, p. 247)

Fordismo

“(...) sistema de produção e gestão empregado por Ford, Gramsci associa tal sistema de produção à forma de racionalização que define um modo de vida demandando ... um novo tipo humano, em conformidade com o tipo de trabalho e de processo produtivo (...) uma mão de obra estável, um conjunto humano (o trabalho coletivo) (...) Hoje o termo tornou-se a maneira usual de se definirem as características daquilo que muitos consideram constituir-se um modelo/tipo de produção, baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa. Ao contrário do trabalho de execução (repetitivo, parcelado e monótono), o de concepção torna-se altamente qualificado, encarregando-se do desenho dos produtos, da programação da produção, das tarefas de manutenção e de reparação, sendo realizado isoladamente, fora da linha de montagem. (...) A negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa (Harvey, 1992, p.132)”. No Brasil, ainda lembra a autora, a implantação do fordismo realizou-se em termos precários, já que o desenvolvimento industrial verificou-se em contexto de exclusão, de forte concentração de renda, impossibilitando, portanto, a vigência das características básicas do fordismo, ou seja, a criação de um mercado/consumo de massa, assim como o chamado compromisso fordista que implicava negociação com os sindicatos e no qual, em troca da elevação dos níveis de produtividade, assegurava-se elevação do nível de vida dos trabalhadores.” (LARANJEIRA in: Cattani, A. (org). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*, 1997, p. 89)

Pós-Fordismo

“Nos anos 70, acentuam-se mudanças significativas nas formas de produção fordista em razão de pressões competitivas, causadas, principalmente, pela concorrência japonesa. As novas formas de produção são difundidas e implementadas num contexto de intensificação dos processos de inovação tecnológica (com a utilização de tecnologia de base microeletrônica e de competição ao nível global). (...) há um intenso debate, se discute se o que esta ocorrendo representa uma ruptura em relação ao modelo fordista (pós-fordismo) ou ao contrário, uma continuidade, apenas em novas roupagens (neofordismo). (LARANJEIRA in: Cattani, A. (org). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*, 1997, p. 89)

Modelo Japonês

A definição do modelo japonês, por ser o modelo em apreço nas transformações do trabalho hoje, está no interior do texto. (Ver XAVIER SÔ in: Cattani, A. (org). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*, 1997, p.156)

Subjetividade e trabalho

“(...) Concebe-se o sujeito como atado às normas sociais e construído nas tramas que definem tais normas, opondo-se às concepções de sujeito autônomo e livre, associadas à idéia de indivíduo. (...) O modo como o sujeito deve relacionar-se com a regra a qual se vê obrigado a cumprir é também a forma como deve se reconhecer como ligado a esta obrigação (Fonseca, 1995, p. 101). O campo subjetividade e trabalho constrói-se no tensionamento entre as dicotomias indivíduo-coletivo e objetivo-subjetivo, buscando ampliar as análises sociais que enfatizam as determinações da cultura e da ética, por exemplo”. (NARDI, TITTONI, BERNARDES in: Cattani, A. (org). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*, 1997, p. 240)

Informal/formal

Para essas definições, enfatizamos o quanto as noções de “setor” e de “informal” são polêmicas. Essas discussões são abordados no texto. Para facilitar, desde já, a compreensão dos termos, lembramos que o setor informal foi definido em 1972, pelo Secretariado Internacional do Trabalho - BIT, como tendo sete características famosas:

Ausência de barreiras na entrada

Utilização dos recursos locais

Propriedade familiar da “empresa”

Escala de atividades reduzidas

Técnicas que privilegiam a utilização de mão-de-obra

Qualificação adquirida fora do sistema de formação oficial

Mercado competitivo sem regulamentação.

Essas características citadas por Lautier, de Miras e Morice (1991) se diversificaram atualmente. Por exemplo, pertence ao setor uma mão-de-obra formada no setor oficial de qualificação, que é ainda referência importante para a compreensão da realidade. O setor formal é aquele regido pelas formas impostas pelo Estado.

Emprego Precário

Esse termo se refere a várias possibilidades: pode ser emprego com contrato de duração determinada, com renovação indeterminada (ou seja, pode aparecer e desaparecer de uma hora para outra), com direitos mais limitados que os empregos da categoria de referência (tempo e remuneração). Esses elementos configuram relações de trabalho precarizadas.

10) BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (org.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana*. In: Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho, 1998, Rio de Janeiro/São Paulo. *Serie II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho*, Rio de Janeiro/São Paulo: ALAST/SERT, 1998.

ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALTAR, M. R. (org.). *Trabalho e Gênero*. In: *Mudanças, Permanências e Desafios*, São Paulo: Ed. 34, 2000.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: Antunes, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

BOURDIEU, P. *Les Structures Sociales de l'Economie*. Paris: Ed. Du Seuil, 2000.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BURAWOY, M. *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

CAILLE, A. Totalitarisme e Utilitarisme. *L'autre socialisme*: Revue du Mauss, Paris, n. 16, 2000.

CARVALHO, R. A. de. *Considerações teórico-metodológicas sobre as novas configurações autogestivas no mundo do trabalho*. [s.l.]: Mimeo, 2000.

CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. A. A. de. *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: PUC/IRT, 1998.

CASTORIADIS, C.A. *Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____.; HOROCHE, C. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Fayad, 2001.

CASTRO, N.; GUIMARÃES, A. S. Além de Braverman, depois de Burawoy: Vertentes Analíticas na Sociologia do Trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, 1991.

CATTANI, A. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CATTANI, A. (org.). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CFDT, *Les dégats du progrès: les travailleurs face au changement technique*. Seuil: Ed. Points Politique, 1977.

COSTER, M.; PICHAULT, F. (org.), *Traité de Sociologie du Travail*. Bruxelles: Ed. De Boeck, Université de Bruxelles, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, 1996.

_____. *Diagnóstico da Formação Profissional: ramo metalúrgico*. [s.l.], 1997.

DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho (a propósito do modelo japonês de produção). In: HIRATA, H. (org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 281-308.

_____. *Souffrance em France: La banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Ed. Du Seuil, 1998.

DURKHEIM, E. *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Rio de Janeiro:Vozes, 1998.

GAIGER, L. I. G., (org.). *A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: Viabilidade e Perspectiva*. [s.l.]: Cadernos CEDOPE – Unisinos, 1999 (Movimentos Sociais e Cultura. Ano 10, 15).

GAULEJAC, V. *Le coût de l'excellence*. Paris: Ed. Du Seuil, 1991.

_____. *La lutte des places*. Paris: Ed. Desclée de Brouwer, 1994.

_____. *Neurose de classe*. Paris: Ed. Hommes et Groupes, 1997.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis:Vozes, 1998.

GIRARD, C. F. N. *Cidadania e Cultura: O Universo das Empregadas Domésticas*. Tese de Doutorado, Brasília, 1993.

_____. La citoyenneté des femmes au Brésil. In: Marques Pereira, B.; Carrier (org.). *La citoyenneté sociale em Amérique Latine*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996.

GODBOUT, J. *Le don, la dette et l'identité*. Paris: Ed. La Découverte, 2000.

GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HIRATA, H. (org.). *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.

HIRATA, H. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In: FIG/CIDA, *Gênero no mundo do trabalho. Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil 1*. Brasília, 2000.

HOGGART, R. *La culture du pauvre*. Paris: Les éditions de minuit, 1970.

HORTA, C. R.; CARVALHO, R. A. A. de (org.). *Globalização, Trabalho e Desemprego: Um enfoque internacional*. Belo Horizonte: Unitrabalho/UFMG, Ed. c/arte, 2001.

JAGER, W. *As Cooperativas Brasileiras sob o Enfoque da Moderna Teoria da Cooperação*. Brasília: Denacop, 1992.

JERUSALINSKY, F. et al. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

KOVARICK, L. *Trabalho e Vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação e Sociedade*, ano 21, n. 70, abril, 2000.

LARANJEIRA, S. O trabalho no séc. XX. *Revista SER*, Brasília, 1999.

LAUTIER, B. Trabalho/não trabalho. *Revista SER*, Brasília, 1999.

LAUTIER, B.; MIRAS, C. de; MORICE, A. *L'État et L'Informel*. Paris: Editions L'Harmattan, 1991.

LAVILLE, J. L. *L'Economie Solidaire: Une perspective Internationale*. Paris: Ed. Desclée de Brouwer, 1994.

LINHART, R. *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOJKINE, J. *O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição*. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1999.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. *Educação e Sociedade*, ano 19, n. 64, set. 1998.

MARUANI, M. *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Découverte, 2000.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Ed. Fundação Percecu de Abramo, 1999.

NETO, J. F. S.; OLIVEIRO, C. A. de; OLIVEIRA, M. A., de, (org.), *O mundo do trabalho, crise e mudanças no final do século*. São Paulo: Ed. Scritta, 1994.

NOGUEIRA, A. *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1997.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS. *Formación y trabajo: de ayer para mañana*. [s.l.]: CINTERFOR/Mimeo, 2001.

DIEESE. *Equidade de Gênero nas Negociações Coletivas*. nov., 1997. Pesquisa.

PERRENOUD, P. *Construir as competências desde a escola*. [s.l.]: Mimeo, 2000.

POLANYI, K. *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

RODRIGUEZ, I.J. *Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUEZ, L. M. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.

ROSSO, S. D. *A Jornada de Trabalho na Sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTR, 1996.

SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pos-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

STROOBANTS, M. *A visibilidade das competências*. [s.l.]: Mimeo, 2000. Seminário.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SORIA, A; GIRARD, C. F. N. Crise Econômica e Crise na Cultura do Trabalho. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, jun./dez., 1996.

SUÁREZ, M. Gênero, uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. In: FIG/CIDA, *Gênero no Mundo do Trabalho. Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil 1*. Brasília, 2000.

THORBONE, G. Palestra proferida na UnB a convite do Departamento de Sociologia, junho de 2001.

THEODORO, M. *L'intervention étatique sur l'informel au Brésil*. Tese de Doutorado, Paris: Pantheon Sorbonne, 1998.

THEODORO, M.; GIRARD C. F. Atividades informais, análise e desafios. *Congresso Internacional do GREIDT*, Paris, 2000.

_____. Violência no Informal: o trabalho doméstico e o comércio de rua. In: Silva, J.S. da; Lima, R.B.de; Rosso, S. D. (org.). *Violência e Trabalho no Brasil*. Goiânia: Ed. UFG; Brasília: MNDH, 2001.

_____. Mercado informal no DF. Brasília: SETDF, 2001. Relatório de Pesquisa.

WEBER, M. *A Ética protestante e o capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1985.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.



Realização
CFEMEA
Centro Feminista de Estudos e Assessoria



Patrocínio
FIG ■ CIDA
Fundo para Igualdade de Gênero/
Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional